



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001629-21.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Prestação de Serviços**
 Requerente: **Unimed São Carlos Cooperativa de Trabalho Médico**
 Requerido: **Quimifort Industria e Comercio Ltda**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

UNIMED SÃO CARLOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

propôs ação de cobrança em face de **QUIMIFORT INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.** Aduz, em suma, que prestava serviços de Assistência de Plano de Saúde à empresa requerida, todavia a mesma ficou inadimplente das mensalidades de janeiro de 2013, dezembro de 2013 e dezembro de 2014, perfazendo o valor de R\$ 4.041,42. Tentou-se uma solução amigável, porém sem êxito. Requereu o valor atualizado de R\$ 6.464,85.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/152.

A requerida, citada (fl. 220), não apresentou defesa (fl. 221).

É o relatório.

Fundamento e decido.

Passo ao julgamento antecipado, uma vez que autorizado pelo artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil.

Na espécie, conquanto regularmente citada (fl. 220), a requerida quedou-se absolutamente inerte em apresentar defesa, tornando, assim, aplicável, na hipótese dos autos, os efeitos da revelia.

Nos termos do artigo 344, do Código de ritos: *Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.*

Com isso, tendo em vista que a relação jurídica travada entre as partes está devidamente demonstrada pelos documentos de fls. 50/152 e não há qualquer indício de pagamento, somando-se aos efeitos da revelia supramencionados, torna-se de rigor a procedência.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, extinguindo o feito com exame do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, para condenar a ré a pagar R\$ 6.464,85, com correção monetária desde a propositura da ação, incidindo ainda juros de mora de 1% desde a citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sucumbente, arcará ainda a ré com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação.

Com o trânsito em julgado, intime-se a autora para requerer o que de direito.

P.R.I.

MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL

Juiz de Direito
(assinado digitalmente)

São Carlos, 18 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**